



## **PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADG/303/2024/DMC**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento**

Valor – artigo 20.º, n.º 1, alínea d ) CCP

Para formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis ou de aquisição de serviços a escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a 20.000,00€ (IVA excluído )

O valor estimado da despesa a efetuar é no máximo de 12.150,00€ - IVA excluído.

Artigo 22.º do CCP

Não obstante, no âmbito temporal de análise do artigo 22.º tenham sido formados contratos com o mesmo objeto contratual potencialmente semelhantes, o somatório dos contratos formados e em curso (CPV analisado até ao 5º dígito 79300000-7 - 0,00 € ) e o contrato que se pretende formar, não ultrapassa os 19.999,99€, pelo que é ainda admissível a tramitação de um procedimento por ajuste direto

**2 - Objeto do Contrato**

Contratação da empresa de estudos de mercado.

**3 - Tipo do contrato**

Aquisição de Serviços.

**4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato**

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Pesquisa de mercado e económica; sondagem e estatísticas com a referência interna 79300000-7.

**5 - Prazo da execução do contrato**

6 Meses

**6 - Entidade Adjudicante**

Foram ainda associadas a este procedimento as seguintes entidades adjudicantes:

**O contrato é adjudicado por uma central de compras?**

Sim

**7 - Órgão responsável pela decisão de contratar**

A decisão de contratar é da responsabilidade da Diretora do Departamento Municipal de Atividades Económicas No uso da competência atribuída pelo art.º 22 das Normas de Execução do Orçamento de 2024, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal na sua sessão de 04 de dezembro de 2023, publicada no B.M.E. n.º 4573, de 12.12.2023, e pela OS NUD/382154/2024/CMP, de 11/006/2024, publicada no BME n.º 4600, pode autorizar despesa até 25.000,00 Euros.

**8 - Plano Anual de Contratação**

453 - contratação de serviços para desenho, recolha e análise de dados

**9 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado**

Não

**10 -****Previsão de renovações**

Não

**11 - Contrato adequado para PME**

Não

**12 - Gestores de contrato**

Paulo Alexandre da Fonseca Amadeu  
Leandro Paulo da Silva Pita  
(Responsável principal )

**Delegação no gestor de contrato das seguintes competências, nos termos do n.º 5 do artigo 290.º-A do CCP:**

Adoção de medidas corretivas caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação de contrato.

**13 - Critério**

O procedimento será realizado através do critério do valor.

**14 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato**

Artigo 20.º, n.º 1, alínea d ) do Código dos Contratos Públicos

**15 - Aplica-se a contratos reservados(54-A )?**

A participação não está reservada

**16 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?**

Não

**17 - Preço Base**

O preço base fixado será de 12.150,00 euros.

**Fundamentação da escolha do preço anormalmente baixo**

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 71.º CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

**18 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta**

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
- Documento com Preço total, que não deve incluir o IVA.

**19 - Idioma dos documentos da proposta**

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

**20 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados**

- Certificado de registo criminal , ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b ) e h ) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina Contratação Pública;
- Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente;
- Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao presente Convite;
- Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d ) do art.º 55.º do CCP;
- Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e ) do art.º 55.º do CCP;

- Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE , ou o respetivo código de acesso.

**21 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação**

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

**22 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados**

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

**23 - Prazo para entrega da proposta**

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 3 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 17 horas.

**24 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta**

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

**25 - Modo de apresentação da proposta**

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) ).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**Obrigação de Subcontratação**

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

**Indicação de Subcontratação na Proposta**

Inexistência de indicação de subcontratação.

**26 - Pedidos de esclarecimentos**

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso a Diretora do Departamento Municipal de Atividades Económicas.

**27 - Prestação da caução**

Não é exigida a prestação de caução.

\* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.

## ANEXO I – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação<sup>(9)</sup> e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(10)</sup> (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(11)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(12)</sup>:
  - a. ....
  - b. ....
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória

<sup>(9)</sup> Indicar o n.º do BI ou do CC

<sup>(10)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

<sup>(11)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

<sup>(12)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)<sup>(13)</sup>.

---

<sup>(13)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de <sup>(14)</sup> ...  
[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(15)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(16)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(17)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(18)</sup>].

<sup>(14)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(15)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(16)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(17)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(18)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º